

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PLANO DE AÇÃO PARA INSERÇÃO DA LEI 10.639/03 NO COTIDIANO ESCOLAR

Solange Maria Santana Couto¹
Luciene Cristina Risso²

RESUMO

Esse artigo oferece uma proposta de atuação no ambiente escolar atendendo ao que se propõe na Lei 10639/03. Acredita-se que os espaços educativos formais oferecem possibilidades de reconhecimento pessoal e envolvimento coletivo como forma de promover uma sociedade mais justa e igualitária através da constituição de cidadãos conscientes e atuantes. O contexto histórico de formação da sociedade brasileira é de negação e invisibilidade da população negra, a Lei 10639/03, pautada pelos movimentos sociais, oferece possibilidades de reparação histórica, através da valorização das construções estabelecidas por pessoas negras. Assim, apresenta-se aqui uma proposta de intervenção escolar com o objetivo de implementar a lei 10639/03 na escola de forma efetiva por meio da relação entre todos os setores educacionais, envolvendo educadores, educandos, familiares e ambiente escolar. A fim de contribuir com a autoestima, autorrespeito e autorreconhecimento das crianças e jovens negros, com foco na formação cidadã antirracista. A metodologia utilizada será a inserção da proposta no Plano Político Pedagógico da escola, a fim de promover formações, tanto com a equipe de profissionais atuantes na escola, quanto com as famílias dos estudantes, além da inclusão de temáticas negras em todo o cotidiano escolar, desde a inserção nos conteúdos programáticos, materiais didáticos, até os eventos e ornamentações escolares. Como proposta de intervenção escolar espera-se que ao final da realização do plano tenha-se a formação de cidadãos críticos reflexivos da realidade, a partir de uma leitura decolonial da sociedade, com representatividade e crenças em seu próprio potencial.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista; valorização do negro; currículo escolar; Reparação histórica.

FOR AN ANTI-RACIST EDUCATION: ACTION PLAN TO INSERT LAW 10639/03 INTO EVERY SCHOOL DAYS

ABSTRACT

This article offers a proposal for action in the school environment in accordance with what is proposed in Law 10639/03. It is believed that formal educational spaces offer possibilities for personal and collective recognition as a way of promoting a more just and egalitarian society through the constitution of conscious and active citizens. The historical context of the formation of Brazilian society is one of denial and invisibility of the black population, Law 10639/03, guided by social movements, offers measures of historical benefit, through the preservation of buildings fortified by black people. Thus, a proposal for school intervention is presented here with the objective of effectively implementing Law 10639/03 at school through the relationship between all educational sectors, involving educators, students, family members and the school environment. In order to contribute to the self-esteem, self-respect and self-recognition of black children and young people, with a focus on anti-racist citizenship training. The methodology used will be the inclusion of the proposal in the School's Pedagogical Political Plan, in order to promote training, both with the team of professionals working at the school, and with the students' families, in addition to the inclusion of black themes throughout the school routine, from inserting it into the syllabus, teaching materials, to school events and decorations. As a proposal for school intervention, it is expected that at the end of the completion of the plan, citizens who are critical and reflective of reality will be formed, based on a decolonial reading of society, with representativeness and believers in their own potential.

KEYWORDS: Anti-racist education; valorization of the black; school curriculum; Historic repair.

¹ Doutoranda em Geografia, Universidade Estadual Paulista – UNESP / Rio Claro, email: solange.couto@unesp.br; solangecouto.revistageorc@gmail.com

² Doutora em Geografia, Universidade Estadual Paulista – UNESP / Ourinhos, email: luciene.risso@unesp.br

Introdução

O Currículo escolar é entendido como território de disputa, nele estão presentes as relações de pertencimento e de identidade. Porém, nessa relação também existe a imposição das relações hierarquizadas de poder, essas relações podem conceber-se de forma voluntária ou involuntária. Importa saber se, apesar do caráter coletivo, as individualidades são consideradas. Na atualidade o capital dita as relações e as desigualdades sociais são inerentes a esse processo. Concomitante a isso, estão outras tantas desigualdades, como as desigualdades de raça e gênero por exemplo. A Lei 10639/03, surge a partir de demandas sociais como possibilidade de inclusão da história e cultura Afro-brasileira e Africana no contexto escolar.

Através do currículo escolar é possível ampliar os horizontes dos estudantes, por meio da observação de forma crítica sobre a realidade. Por meio dele também se definem atitudes e comportamentos diante da realidade social. O currículo, como ferramenta norteadora do processo de ensino-aprendizagem escolar, deve estar associado a diversidade social presente no ambiente escolar. É necessário considerar as potencialidades locais e, principalmente, as diferenças como enriquecedoras do conhecimento. A eficácia do currículo só será possível se este promover uma relação dialógica entre os diferentes para a construção de uma relação de igualdade e respeito.

A educação escolar pode ser entendida como um caminho fundamental para as transformações sociais. Transformações essas que iniciam de si para si e de si para outros. Entender os espaços educativos formais como possibilidade para o reconhecimento pessoal e o envolvimento com a coletividade é um importante passo rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Os meios que se utilizam para atingir tais objetivos, são essenciais para que todos sejam igualmente alcançados, e, principalmente, que seus anseios, metas e contextos sejam considerados. Nesse sentido, entende-se a escola como espaço das possibilidades, tanto para transformações positivas na vida dos indivíduos, quanto para negação de suas potencialidades. Por esse motivo, é necessário pensar todo o contexto escolar, considerando suas problemáticas e suas possibilidades. O currículo, se corretamente construído e praticado, torna-se importante ferramenta de atuação.

Entender as disputas existentes no processo de educação é o primeiro passo para atuar assertivamente, utilizando caminhos e possibilidades adequadas e específicas de cada realidade. O currículo é tido como núcleo central do ambiente escolar, considerado como estruturante das funções da escola, ocupa lugar de destaque para pesquisadores, movimentos sociais educacionais e não educacionais, poder público, entre outros. Entende-se a escola como território em constante

disputa e o currículo aparece como espaço das possibilidades, assim sendo é também, por um lado o território mais cercado, por outro lado, o mais alterado, inovado e ressignificado. O currículo torna-se peça fundamental na garantia de direitos para educandos e educadores, pois é visto como território dos possíveis. Assim, as recorrentes disputas políticas de poder trazem ao território currículo buscas por ocupações e novas reações.

Para promover reais transformações, a utilização do currículo deve considerar os contextos e experiências sociais, os diferentes conhecimentos já adquiridos, e a diversidade político-cultural que os sujeitos estão inseridos. Faz-se necessário compreender as diferentes culturas e identidades, de forma a promover sua inserção nas diretrizes curriculares. Todos os sujeitos envolvidos no processo educacional possuem histórias e memórias, que devem ser consideradas e, caso seja necessário reescrevê-las, que assim seja feito, porém com cuidado e respeito utilizando as diferentes linguagens e ferramentas com foco na transformação social. É preciso considerar também os resultados de lutas realizadas por coletivos sociais em busca por novas possibilidades de relações sociais.

Na formação do território brasileiro, a história e cultura africana e afro-brasileira foi relegada a um lugar de negação e invisibilidade. As populações negras conhecem a história contada pelos brancos europeus escravagistas. Nesse sentido, o que se conhece é, acima de tudo, uma história de opressão e subalternidade. É por meio do etnocídio e da invisibilidade que se nega as pessoas negras o direito de conhecer sua real história, de valorizar seus ancestrais e perceber suas potencialidades individuais. Nesse contexto, nas escolas seja por meio dos conteúdos programáticos, seja através dos materiais didáticos, as crianças e adolescentes negros não possuem referências nem representatividades. Não ingenuamente, e sim como estratégia para manter esta população em condição de subserviência às pessoas brancas detentoras do capital.

Diante dessas constatações, movimentos sociais e comunidades negras promoveram diversas lutas, as quais resultaram na criação do Estatuto da Igualdade racial e da Lei 10639/03 como mecanismos que possibilitem minimizar os danos históricos causados as populações de origem africana. Por meio desses documentos exige-se uma reparação histórica por meio da inclusão das potencialidades negras, sobretudo no cotidiano escolar. Dessa forma, o currículo escolar precisa considerar essa construção e criar meios para a inserção e valorização da história negra na escola.

O currículo escolar envolve questões voltada a vida das pessoas, suas relações e desenvolvimento com planos para o futuro. O currículo é território de identidades diversas, as relações de poder estão imersas nele e por meio dele se pode promover estratégias que garantam equidade e inclusão, mas estas só serão possíveis se compreender todo o contexto social, econômico, político e cultural que

este desenvolve-se. É importante observar os conceitos e contextos que envolvem a produção do currículo e sua relevância para a prática educacional.

Buscar caminhos para que ele se efetive de forma a associar-se a realidade vivenciada é um meio para promover mudanças efetivas na sociedade. Fala-se em educação como o caminho para as transformações sociais, resta saber como esse caminho tem sido percorrido, quais estão sendo suas prioridades e se de fato a educação tem promovido libertação ou alienação. Por esse motivo, pensar formas de descolonizar o conhecimento, respeitando e valorizando a história de todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, destacar a importância e relevância histórica, sobretudo da população negra, sendo está a maior impactada com o processo de colonização branco-europeia, pode ser uma pista para a tão sonhada transformação social.

Propõe-se aqui a construção de uma educação antirracista através de uma proposta de intervenção escolar tendo como objetivo implementar a lei 10639/03 na escola de forma efetiva por meio da relação entre todos os setores educacionais. Para tanto será necessário envolver educadores, educandos, familiares e ambiente escolar em um processo de ressignificação e reparação histórica através da representatividade e valorização sociocultural das contribuições negras na construção da sociedade atual seja no campo da ciência, seja no campo da cultura. Ao final da implementação desse plano espera-se contribuir com a autoestima, autorrespeito e autorreconhecimento das crianças e jovens negros, com foco na formação cidadã antirracista.

Desafios e oportunidades

Para conseguir aproximar-se do contexto do educando e contribuir para a produção do conhecimento, é necessário lançar mão da sensibilidade e da criatividade docente-educador. Não basta possuir um currículo com objetivos bem claros e com escrita fundamentada na lei, é preciso que esteja flexível as necessidades do contexto local, considerando as disputas presentes no ambiente educacional, bem como as atualizações recorrentes. É necessário considerar também, que a ideia de educador aulista que precisa a todo custo cumprir metas guiadas por competências, avaliações e resultados, não cabe mais no contexto atual que a educação formal se estabelece. Há um contexto de disputa entre as experiências sociais e o conhecimento, existe uma lógica de negação dos saberes socialmente construídos em favor da inserção de conhecimentos impostos, por um sistema que visa o mercado de trabalho e a submissão.

A Lei 10639/03 surge em um contexto de lutas antirracistas acreditando-se que por meio da educação é possível transformar as concepções de sociedade. É preciso compreender que a formação histórica da população brasileira é calcada no genocídio e etnocídio como forma de negação das potencialidades das populações negras e indígenas. Há um projeto planejado e articulado que ao longo do tempo modifica suas formas de atuação, mas mantém os objetivos de aniquilação da alma dessas populações, seja por meio da criminalização de sua cultura e religiosidade, seja por meio da colonização da mente através da catequização para subserviência e por fim, da utilização das instituições de ensino e midiáticas como forma de alienação para o trabalho e aceitação de condições sociais degradantes.

Movimentos sociais de luta antirracista, com foco em propor ações afirmativas de combate ao racismo e fortalecimento da comunidade negra. Propõem uma reconstrução dos planos didático pedagógicos, como forma de reparação histórica, através da inserção, nos currículos escolares da educação pública e privada, da importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Para tanto, propõe-se a inclusão no contexto escolar do ensino da história e cultura Africana e Afro-brasileira. Sant'Ana (2005, p.49) oferece importante reflexão sobre a formação social brasileira e a forma como as populações negras e indígenas são vítimas de um projeto doutrinário elaborado com foco na autonegação. Segundo ele:

Tem-se a impressão de que o negro e o índio foram vítimas de uma conspiração bem planejada durante todos esses séculos, onde foram elaboradas doutrinas com falsa base bíblica e filosófica, bem como tentativas de comprovação de teorias com uma falsa base científica, que não resistiram ao tempo. Mas as marcas do racismo e suas maléficas consequências permaneceram, já que estes preconceitos sobrevivem às gerações. A discriminação e o preconceito foram se fortalecendo no dia a dia, criando fortíssimas raízes no imaginário popular, chegando ao ponto no qual nos encontramos hoje. [...] (SANT'ANA, 2005, p. 49).

Segundo o autor houve uma “conspiração planejada” fundamentada em ideologias filosóficas e religiosas com base em uma falsificação científica que provocou como consequências discriminação e preconceitos raciais. Os quais estabelecem, até os dias atuais, diferenciações entre formas de tratamento e até posições sociais ocupadas pelas populações conforme características fenotípicas. A proposta de construção de uma lei educacional que minimize tais sequelas, surge como meio de ressignificação social a partir do estabelecimento de mecanismos que permitam visibilidade e valorização das características socioculturais negras. Para Gomes (2013, p. 22) é possível reelaborar o projeto político pedagógico através da inserção de características culturais, políticas e sociais do Afro-brasileira e africana no cotidiano escolar.

Elementos culturais, sociais, políticos, sobretudo humanos identificam as possibilidades de reelaboração desses aspectos no plano didático-pedagógico, principalmente após a promulgação da política de ensino instaurada com a Lei 10.639, que foi, sem dúvida, decorrente das Ações Afirmativas. [...] (GOMES, 2013, p.22).

Nesse sentido, a Lei 10639/03 oferece possibilidades de valorização sociocultural negra por meio da escola. As características culturais que diversificam a sociedade brasileira pressupõe elementos de fortalecimento identitário, político, ideológico. Para além das leis e normas impostas ao ambiente escolar, é necessário considerar a diversidade de características que distinguem as gerações envolvidas no ambiente escolar, bem como o contexto que essa realidade se inseri. Brah (2006, p. 337), aborda as diferenças como possibilidades para a construção identitária, trazendo a raça como pressuposto diferencial que promove desigualdades. A autora aborda ainda a forma como o Estado diferencia e discrimina sobretudo as populações étnicas. Ela acredita que

Necessidades culturais são definidas em termos amplos como independentes de outras experiências sociais centradas em classe, gênero, raça ou sexualidade. Isso significa que se supõe que um grupo identificado como culturalmente diferente é internamente homogêneo, quando esse, patentemente, não é o caso. (BRAH, 2006, p. 337).

Nesse sentido, durante muito tempo, houve a aceitação de que considerar apenas questões étnicas responderia as necessidades do grupo. Isso não se aplica, tendo em vista que, para além dessas questões há que considerar outras especificidades que individualizam o grupo. Ou seja, o cultural não responde a tudo. Nesse sentido, ao produzir um currículo é necessário observar as especificidades do grupo a que se destina e assim definir, não apenas temáticas, mas formas e atitudes possíveis para alcançar tais demandas. É papel da escola, e dos educadores perceberem a realidade e construir propostas didáticas que atendam às necessidades locais, sem perder-se do que é estabelecido em lei. Por esse motivo, a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana no cotidiano escolar por meio de uma lei, ainda que tenha flexibilidade que permite liberdade de criação das estratégias para a sua inserção, seu caráter legal pressupõe obrigatoriedade de execução.

O currículo escolar precisa ser construído em consonância com tais lei. Não se trata unicamente de montar um currículo oficial bem escrito e fundamentado em leis e direitos individuais e coletivos. É necessário que esse currículo ofereça diversidade de caminhos, pluralidade de ações, tanto com propostas e temas geradores que consigam mediar tensões territoriais, quanto diferentes meios para apresentar tais caminhos com oficinas, debates, projetos e outras formas dinâmicas. Nessa perspectiva, entende-se a sala de aula como espaço central do trabalho docente. É lá onde as tensas relações se estabelecem, tanto entre professor e alunos, quanto entre os próprios alunos, e entre o

conhecimento a ser abordado e os saberes já constituídos pela história de vida de cada um. São conflitos constantes que envolvem o ensinar e aprender. Arroyo (2011, p.10) afirma que:

A sala de aula, o que trabalhar, o currículo na prática são os espaços onde se vivenciam nossas realizações, mal-estares e até as crises da docência. No trabalho nesse espaço, tanto mestres quanto alunos experimentam frustrações, desânimo, incertezas, cansaço... mas também vivenciam realizações, compromissos ético-políticos que vão configurando outros profissionais e outros educandos. (ARROYO, 2011, p.10).

Arroyo (2011) traz importante consideração sobre a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, onde pondera-se a relevância das vivências e seus norteadores, tendo a sala de aula, o currículo e a docência como essenciais na compreensão desse processo. Acrescenta-se aqui que as experiências de vida, tanto dos educadores, quanto dos educandos, o contexto da escola, as políticas implementadas e as lutas sociais são igualmente fundamentais para que se consiga estabelecer um currículo eficaz, que realmente represente as necessidades educacionais. Nesse sentido, considera-se a produção de um plano de ação observando a importância da percepção pontual de questões que envolvem a diversidade que compõe a escola, sobretudo pública e cultural. Diversidade essa que insere no mesmo espaço questões relacionadas a renda, gênero, raça, etnia, religiosidade em um contexto composto por diferentes formas de violência, que assola, sobretudo a população negra. A abertura dos currículos a escolas e salas de aula com espaços de diálogo, a construção do conhecimento considerando os saberes previamente adquiridos, são essenciais na formação dos educandos. Considerar os sujeitos e experiências sociais envolvidos na produção do conhecimento, desde professores a estudantes, configura-se como um importante ato na garantia do direito ao conhecimento. O grande desafio está em conseguir considerar todos os contextos adaptando a teoria acadêmica a realidade prática escolar. O currículo deverá promover essa mediação, contribuindo com a prática do educador. Entender a escola, para além de questões voltadas a intelectualidade é um desafio complexo que envolve, principalmente a sensibilidade do educador, é preciso compreender que a escola é composta por sujeitos e que o ensino deverá ser voltado a construção da cidadania sem negar individualidades. Oliveira (2019, p.1524) traz um exemplo vivenciado na escola, através da atitude de uma professora que mostra como a educação cartesiana nega individualidades.

Em conversa com professores(as) durante um curso de formação sobre gênero, raça e práticas escolares, fui informada sobre o diálogo iniciado por uma professora, que questionou sua aluna: “isso é batom pra vir à escola?”. Como mulher negra, docente do ensino superior e vinculada de forma ancestral a Oxum, cujo arquétipo está relacionado a

vaidade, a pergunta causou-me incômodo. A compreensão do espaço escolar como lugar voltado exclusivamente para o intelecto, numa separação cartesiana entre corpo e mente, lastreava, de algum modo, o questionamento. (OLIVEIRA, 2019, p. 1524).

A escola como palco da diversidade e espaço da construção da cidadania através da produção do conhecimento, deve atentar-se ao respeito a diversidade e a valorização do ser humano. Não é mais possível fechar a escola a um conhecimento bancário onde os estudantes não existam como seres humanos e estão ali enquanto espaço para que o conhecimento seja depositado. Na escola formam-se as primeiras interações sociais fora do seio familiar, é nesse espaço que os educandos sentem-se livres para expressar-se e construir individualidades. É por meio da interação escolar que educandos conseguem identificar a quais grupos sociais pertencem, e ao mesmo tempo expor seus anseios. Não considerar esses contextos significa violentar sua formação, impor regras sem considerar experiências externas e internas ao ambiente escolar, torna a produção do conhecimento pouco efetiva.

Na construção e na efetivação do currículo é preciso considerar os desafios de adequar-se a diferentes pedagogias, que ofereçam novas formas de relacionar-se com a realidade. Que permitam construir uma sociedade mais justa e igualitária, a partir da compreensão sobre a necessidade em promover ações que garantam direitos, pelo caminho da equidade. Para Cardoso (2021, p.18), há pedagogias que possibilitam desconstruir o machismo, racismo, sexismo, homofobia, e outros tantos preconceitos na construção do conhecimento através da ruptura com sistemas de opressão. Para promover tal rompimento é preciso identificar na educação, sintomas do capitalismo predatório que produz violências e exclusão tendo como alvo, sobretudo, a população negra. E buscar caminhos a fim de quebrar esse ciclo.

[...] nos interessa pensar outras pedagogias que ensinam a desaprender o racismo, o sexismo, a cisheterossexualidade compulsória, o individualismo capitalista predatório, levando ao questionamento crítico das violências produzidas pela intersecção dessas estruturas opressoras e excludentes, projetando novas relações sociais e educacionais. Dito de outra forma, nos desafiamos a refletir sobre pedagogias que tenham por objetivo ensinar a criar novos modos de pensar o humano, na qual classificações e hierarquizações não tenham valor e nem façam sentido. (CARDOSO, 2021, p. 18).

Desafia-se o ambiente escolar a busca pelo rompimento das violências produzidas por um sistema social racista e sexista. Pensar a educação, para além da produção de mão de obra qualificada, entender os agentes educacionais a partir de sua complexidade, visando considerar sua importância, e mostrar a estes que existe uma história dele que não foi contada a ele. Destacar suas potencialidades por meio de uma produção do conhecimento de forma decolonial. Para tanto, será

necessário estabelecer metas e objetivos a fim de montar estratégias que contribuam para a evolução do conhecimento a partir do respeito e da valorização de cada indivíduo.

O ambiente escolar necessita transcender os limites impostos pelo sistema econômico e valorizar o que Adichie (2019 p.23) entende como estratégias de apagamento histórico realizado pelas estruturas de poder, segundo ela “O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja sua história definitiva [...]” Compreender que existem relações de poder que negam histórias e constroem verdades absolutas é o primeiro passo para romper com estruturas. Para tanto, se faz necessário um planejamento que consiga reconstruir histórias, contribuir para autoestima e valorização pessoal dos educando. Porém, esse processo só será possível de fato, se os próprios educadores reconhecerem suas potencialidades, negadas por um projeto de homogeneização sociocultural construída e disseminada ao longo de sua formação acadêmica.

Romper com esse ciclo não é uma tarefa simples, requer reconhecer as lacunas existentes na educação tanto básica quanto acadêmica e buscar meios para superar tais necessidades. O caminho da formação e da representatividade parece ser o mais viável na atualidade. Deste modo, propõe-se um plano de intervenção educacional, que vise efetivar a lei 10639/03 nas escolas, para além de linguagens específicas, mas que considere intervenções efetivas em todos os campos do conhecimento, envolvendo, inclusive o papel da família nessa construção.

Plano de intervenção: proposta para educação antirracista

Na busca por uma educação de qualidade que respeite e valorize educadores e educandos, é necessário pautar-se na diversidade que compõe o ambiente escolar e promover estratégias que possibilitem espaços equânimes. É preciso reconhecer as individualidades e, principalmente, promover estratégias que apresentem as histórias invisibilizadas. Nesse sentido, será necessário enfrentar racismo, sexismo e qualquer outras formas de discriminação que além de invisibilizar um grupo, ainda lhe nega oportunidades. Cardoso (2021, p.18), oferece caminhos para alcançar uma sociedade mais justa, respeitadora e igualitária.

No trilhar desses caminhos, temos por objetivo ensinar o enfrentamento ao racismo, combater o sexismo, rechaçar as discriminações por orientação sexual. Somos sonhadoras, semeando o esperar, defendemos um mundo sem desigualdades de classe, sem hierarquias raciais, sem patriarcado, sem fronteiras divisionistas entre os países.

Defendemos outra geopolítica, outra maneira de ocupar, viver e partilhar o mundo. [...] (CARDOSO, 2021, p. 18).

Ensinar o enfrentamento é a principal meta apresentada nesse plano, visando reduzir as desigualdades e promover acesso igualitário. Através de caminhos para acabar com as desigualdades, sejam elas raciais, de classe, gênero, ou de procedência nacional, na busca por um mundo partilhado, onde todos tenham minimamente o direito de escolha. Isso infelizmente não é possível na sociedade atual como está. Sendo assim, seguem objetivos e metas que se pretende alcançar para uma educação que valorize as individualidades, tais objetivos apresentam-se como propostas de caminhos para atingir as metas apresentadas a seguir.

Objetivos:

- Promover a igualdade racial no ambiente escolar através do ensino da história e cultura Africana e Afro-brasileira na formação da consciência cidadã;
- Garantir a igualdade de oportunidades através da redução das desigualdades de resultados;
- Valorizar a diversidade a partir do respeito as diferenças;
- Reconhecer as potencialidades de estudantes e professores numa construção coletiva.

Metas:

- Entender o ambiente escolar como um espaço diverso e construído por diferentes pertencimentos de raça, etnia e gênero, garantindo que negros, não-negros, indígenas e qualquer outra configuração étnica, sejam igualmente respeitados em suas especificidades, onde a história e cultura ancestral seja considerada e valorizada na formação do estudante;
- Compreender as diferenças sociais, a existência de diversas classes sociais, promovendo a consciência de classe tão necessária na busca por redução das desigualdades, sobretudo socioeconômicas;
- Oferecer um espaço escolar onde os estudantes e professores sintam-se valorizados e respeitados, transmitir essa sensação para outros setores da vida. Entendendo seu lugar na história e acreditando em suas potencialidades;
- Compreender que o processo de ensino-aprendizagem se dá a partir da valorização das potencialidades individuais, do reconhecimento acerca dos saberes extraescolares que cada sujeito traz por meio de sua história. Cada pessoa tem uma forma de aprender que está associada ao seu contexto e sua psique, a escola deve considerar essas questões;

- Entender que os professores também possuem diversas maneiras de ler o mundo e essas precisam ser respeitadas na construção do conhecimento, em um conjunto que valorize estudantes e professores.

Estratégias e ações

Para alcançar tais objetivos, faz-se necessário ações que envolvam todos os campos do conhecimento. Todos os ambientes da escola devem dialogar com temáticas relacionadas a raça, etnia e desigualdade socioeconômica. Não se trata de utilizar apenas base conteudista com utilização de tais temas, é preciso que as atitudes e práticas de todos sejam focados no respeito e na valorização humana, sobretudo, no reconhecimento da necessidade de reparação histórica da memória do povo negro. Desse modo, todos os envolvidos na educação precisam possuir consciência histórica, entender seu papel nesse processo, e, principalmente, estar preparado para solucionar conflitos que possam surgir. Nesse sentido, o currículo escolar deve montar estratégias que permitam articular: teoria e prática, direitos e obrigações, bandeiras sociais e legislação. Sem perder de vista os conteúdos exigidos para o período escolar e faixa etária. Essa articulação é possível, a seguir serão apresentadas algumas estratégias que podem ser realizadas pela escola:

- A primeira estratégia que deve ser realizada é a formação da equipe escolar, professores, técnicos, monitores e todos os envolvidos com a educação, precisam estar cientes do seu papel enquanto mediador de conflitos. Devem contribuir para o respeito e valorização da diversidade. Dessa maneira, a escola precisa desenvolver materiais e encontros formativos, com foco em questões raciais, étnicas e de gênero. Tendo como objetivo sensibilizar o grupo escolar para questões de valorização e respeito. Tais ações precisam ser desenvolvidas periodicamente e não apenas de forma pontual, quando perceber algum direito violado, ou tendo por base apenas datas específicas.
- Valorização da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. A lei 10639/03 versa sobre a necessidade de inclusão dessa temática na escola. Como estratégia de inserção dessa lei no cotidiano escolar é necessário que todos os campos do conhecimento sejam eles: Ciências Humanas; Ciências da Natureza; Linguagens e códigos; ou Ciências Exatas. Todos eles precisam inserir em seu cotidiano formas de valorização étnico-raciais e de gênero de diferentes formas. Sugere-se que se descolonize os saberes a partir da apresentação de cientistas, filósofos, artistas e poetas negros e sua importância para a evolução do

conhecimento, inserindo também as diversas mulheres cis ou trans negras que se destacaram nessa produção, sejam elas de nacionalidade brasileira ou não. Essa não deve ser uma ação pontual que se resuma a uma semana ou um mês específico. Deve ser cotidiana em todas as turmas e disciplinas.

- A escola deve oferecer formação para a família. Nos momentos de encontro com familiares ou reunião de pais, a escola precisa abordar temáticas que demonstrem respeito e valorização das minorias tanto étnicas quanto de gênero. É necessário romper com a ideia de reunião de pais como forma de tentar resolver problemas com determinada criança, esses problemas precisam ser tratados de forma individualizada. A reunião de pais pode ser usada como oportunidade de compartilhar saberes, formar famílias e, principalmente, buscar maior aproximação dos pais ao ambiente educacional, pois estes, devem contribuir para uma educação mais justa e igualitária. Para tanto, podem se usar dinâmicas específicas e aproveitar as experiências de vida como caminho metodológico.
- Mesmo com essa preparação de base, será necessário realizar intervenções em situações pontuais que surjam na escola. Diante de qualquer situação que se perceba a existência de atitude racista, machista ou sexista seja no ambiente escolar realizado por estudantes ou profissionais, seja fora da escola, mas que venha a repercutir nesse ambiente. A escola deve agir prontamente realizando ações específicas que desconstrua tal situação a partir da valorização das características de pessoas negras, indígenas. É também necessário considerar datas importantes para as comunidades negras e desconstruir o que, muitas vezes se aprende no livro didático. Desconstruir as formas de discriminação a partir da valorização sociocultural.
- A escola precisa adotar postura antirracista e, para tanto, precisa utilizar instrumentos e elementos da cultura negra e indígena em sua prática diária. Desde a utilização de jogos e brincadeiras oriundas destes povos, até o reconhecimento e valorização de suas criações em todos os campos do conhecimento, desde as ciências até a medicina e construção civil. É importante que essas questões estejam presentes no cotidiano da escola. Não como embate, mas para que essas presenças sejam naturalizadas nas invenções e produção do conhecimento. Para ser antirracista, a escola precisa, acima de tudo, romper com a ideia de sofrimento que não contribui para a autoestima das crianças e jovens negros e indígenas.

Proposta metodológica de implementação

Ao longo desse plano de ação, são sugeridas cinco estratégias sob as quais devem-se fomentar a luta antirracista no ambiente escolar. É importante destacar que, essa foi uma proposta construída com base no curso de Especialização em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades na Formação de Educadoras/es, na busca por caminhos possíveis de libertação das amarras do preconceito. Dessa forma, foram sugeridos prazos e caminhos com base em situações possíveis no ambiente escolar, sobretudo de escolas públicas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Destaca-se que todo esse plano só será possível se houver sensibilidade de toda equipe escolar, sobretudo Direção, Coordenação Pedagógica e Professores. A seguir tópicos específicos de propostas metodológicas para cada momento, e para cada público que participará da proposta.

Formação da equipe escolar

Mensalmente deverá ser escolhido temáticas que abordem questões de raça, etnia ou gênero focada na história e cultura africana e afro-brasileira para ser desenvolvido nas reuniões de planejamento pedagógico. É importante que as temáticas sejam desenvolvidas nas reuniões que já existem na escola, não escolhendo outras datas para não ocorrer esvaziamento ou insatisfação por parte dos profissionais. Nesse dia em específico convidar todos os profissionais da escola para se fazerem presentes, não apenas professores.

A coordenação pedagogia, ou os próprios professores, devem propor as abordagens necessárias. As temáticas podem ser abordadas por profissionais da própria escola, ou convidados. Devem se montar materiais alternativos para utilização em sala de aula que contribua para a desconstrução de todas as formas de preconceito.

Essa formação precisa estar inserida no Plano Plurianual, os materiais utilizados podem ser desde computador, aparelho de som, papel, caneta; a instrumentos musicais com convidados que disseminam a cultura negra. É importante que a escola desenvolva, alguma forma de certificação para essas formações, tanto para os cursistas quanto para o profissional que irá ministrar a formação. Isso demonstra valorização ao trabalho que está sendo desenvolvido.

Inserção da lei 10639/03 no cotidiano escolar

Nas aulas de todos os campos do conhecimento será necessário inserir elementos de valorização da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Cada educador deverá buscar conhecer os

grandes expoentes negros de destaque para sua área de conhecimento e apresentar em cada conteúdo ao longo do ano letivo. Além disso, o material didático deverá apresentar figuras negras e indígenas e não somente com características europeias. Há também a possibilidade de apresentar as criações negras e indígenas por meio das produções culturais. Na escolha do material didático a ser utilizado pela escola essas temáticas precisam ser consideradas.

As ações serão realizadas em sala de aula, de forma setorial ao longo de todo o ano letivo. Porém, é importante que essas informações não sejam apresentadas todas de uma só vez em um mês ou semana da consciência negra, pois essa consciência precisa ser diária. Sempre ao apresentar cada conteúdo deve-se buscar a influência negra, sobretudo de mulheres negras e apresentar como possibilidade de representatividade. Para realizar essa ação será necessário a utilização de materiais construídos pelos professores ou mesmo localizados na internet, com fontes confiáveis. A seguir serão apresentados alguns exemplos que podem ser utilizados, porém, como proposta, não é obrigatório seguir, podem ser substituídos por outros de igual ou maior relevância:

- Ciências Humanas e suas tecnologias: Apresentar a história africana e afro-brasileira em uma perspectiva decolonial irá contribuir para a valorização individual e coletiva dos jovens negros. Perceber na Geografia, na História, na Sociologia e na Filosofia as contribuições da cultura negra produzindo território e deixando marcas, visíveis e invisíveis na paisagem, é fundamental para compreender, porque, apesar de toda opressão vivenciada pelos corpos negros estes ainda existem e resistem. Assim, é importante apresentar o papel fundamental de pessoas negras na formação política e territorial do Brasil, além de sua relevância em escala mundial. Dessa forma é necessário apresentar as contribuições de pessoas negras para a produção do conhecimento tais como: Rosa Parks; Sueli Carneiro; Lélia Gonzales; Malcom X; Nelson Mandela; Martin Luther King; Elizabeth Eckford; Abdias Nascimento; Luiz Gama; Angela Davis; Conceição Evaristo; Djamila Ribeiro; Léopold Sédar Senghor; Silvio Almeida; Marielle Franco; Benedita da Silva; Milton Santos; Muhammad Ali; Maria Beatriz do Nascimento; Dandara de Palmares; Zumbi dos Palmares; Maria Felipa; Maria Firmino dos Reis; Luiza Bairros entre tantos outros.
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Destacar a importância de médicos e cientistas negros, suas produções e seu importante papel para as ciências da natureza, exemplos como os seguintes pode ser citados: Alice Augusta Ball; George Washington Carver; Ernest Everett Just; Alice Ball; Patrícia E. Bath; Charles Drew; Dr. Daniel Hale Williams; George Washington

Carver; Raphael E. Armattoo; Percy L. Julian; William Hinton; Simone Maia Evaristo; Anita Canavarro entre outros.

- **Ciências Exatas:** As ciências exatas têm importante contribuição negra, seja em sua produção acadêmica, seja no seu fazer histórico. Acredita-se que as bases para compreensão da matemática como é atualmente dá-se por meio de jogos e construções desenvolvidas no continente africano mesmo antes da invenção desse campo do conhecimento. Além disso, alguns nomes se destacam nessa ciência, entre eles estão: Katherine Johnson; Mae Carol Jemison; Annie Easley; Alfred Oscar Coffin; David Blackwell; Alexander Miles; Elbert R. Robinson; Garret A. Morgan; John Standard; Lloyd Quarteman; Enedina Alves Marques; Viviane dos Santos Barbosa; Sonia Guimarães; Bárbara Carine Soares Pinheiro e outros.
- **Linguagens e Códigos e suas Tecnologias:** Considerar as linguagens e códigos na perspectiva nacional e internacional dando destaque a grandes expoentes, que, em muitos casos são invisibilizados como forma de colonizar o saber, seguem alguns exemplos de grande relevância e que devem ser valorizados em sala de aula: Carolina Maria de Jesus; Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; Elza Soares; Machado de Assis; Margareth Menezes; Bárbara Carine Soares Pinheiro; Ray Charles; Spike Lee; Bob Marley; James Brown; Leci Brandão; Alice Walker; Gilberto Gil; Nina Simone; Lee Burridge; Granville T. Woods; W. A. Lovette.

Formação para as famílias

As reuniões de pais devem ocorrer no início do ano letivo e em cada fechamento de ciclo/bimestre. Como forma de realizar um balanço das atividades desenvolvidas e utilizar esse momento para apresentar temáticas importantes e fundamentais como as relacionadas a questões raciais e de gênero. As formações devem ocorrer ao longo desse encontro como parte do planejamento. Não é interessante fazer uma reunião própria para essa temática, ela deve estar inserida no contexto do encontro de forma a despertar a reflexão dos pais a esse respeito e ao mesmo tempo o reconhecimento de suas potencialidades.

A coordenação pedagógica, juntamente com professores, deve oferecer uma viagem pelo mundo do conhecimento por meio da apresentação de temáticas específicas, focadas na valorização da população negra e indígena sobretudo de mulheres. Nesses encontros será possível promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário, a partir da valorização da herança ancestral que cada um, cada uma possui, tendo por base suas vivências e experiências. É importante destacar

o papel da família na educação dos jovens, seja em casa, seja participando da vida escolar. Tendo como foco a valorização das características negras e indígenas, com ênfase no respeito a diversidade. Para essa ação será necessário desenvolver dinâmicas que possibilitem a participação de todos os presentes. Cada dinâmica escolhida necessitará de um material diferente, é importante que a escolha da dinâmica considere os materiais disponíveis na escola, a faixa etária que será atendida, a temática a ser desenvolvida, a quantidade de pessoas presentes e as características específicas do público-alvo. Seguem algumas sugestões de dinâmicas com duração proposta entre 2 e 3 horas. Essas são apenas sugestões, outras ideias podem, e devem ser construídas e desenvolvidas:

- *Jogo do Privilégio Branco*: Nesse jogo será realizado entre 10 e 30 perguntas³, ou a quantidade de perguntas igual a quantidade de pessoas na reunião. Os questionamentos devem promover a reflexão de como as pessoas brancas e negras são vistas pela sociedade. Cada pessoa pegará uma pergunta e, ao ler, como resposta todos os membros deveram mover-se, para a frente se positivo e para trás se a resposta for negativa. Ao final deve se refletir sobre quantas pessoas ficaram mais a frente e quantas foram mais pra traz, observar as características dessas pessoas, onde ficaram as brancas e onde ficaram as negras, qual a posição das mulheres em relação aos homens. Para essa dinâmica os materiais a serem utilizados são espaço físico amplo e caixinha ou envelope com as perguntas impressas dobradas.
- *Elementos da cultura negra*: Nessa dinâmica é possível identificar alguém da escola que desenvolva alguma atividade cultural negra, ou convidar uma ativista cultura, de preferência mulher negra. Serão utilizados instrumentos como bandeiro, tambor, timbau, berimbau, atabaque, reco-reco, agogô, xequerê, surdo e qualquer outros instrumentos da cultura negra. Nessa dinâmica, os integrantes serão convidados a aprender toques básicos dos instrumentos e ao mesmo tempo conhecer a história e importância de cada um deles. Será possível desenvolver um canto que verse sobre temáticas de valorização negra. Ao final deve-se incentivar os familiares a lembrar algum canto de sua infância e refletir sua relação com a cultura negra, ou com a negação desta. Caso não possua instrumentos, ou pessoa que saiba manusear, essa dinâmica pode ser realizada através da utilização de vídeos ou apresentação em slides, não terá o mesmo resultado, mas será igualmente interessante.

³ Seguem sugestões de perguntas ofertadas pelo site no link abaixo:

https://simaigualdaderacial.com.br/site/mergulhe_no_tema/vantagem-racial-jogo-do-privilegio-branco/

- *Conhecendo a África*: A dinâmica inicia perguntando a cada participante como ele vê o Continente africano, a resposta pode ser em uma palavra, ou uma frase. Em um quadro ou flipchart anotam-se as respostas de forma aleatória, em seguida convida todos a ver um vídeo, ou slides sobre as riquezas do continente africano. Podem ser utilizados vídeos já prontos na plataforma Youtube ou criar slides que ofereçam esse olhar. Após essa apresentação inicia-se o debate pedindo que as pessoas falem o que viram no vídeo, em seguida acrescentam-se informações positivas sobre África, retornam-se as palavras e frases que foram ditas antes do vídeo. Com essa dinâmica pretende-se refletir o imaginário popular construído por uma mídia colonizadora, que constrói a história da forma que convém. Ao final desenvolver uma reflexão sobre como os negro e indígenas são vistos e quem eles são realmente.

Intervenção em situações pontuais

O desenvolvimento de um calendário específico para abordar questões referentes a raça e gênero na escola, contribui para o desenvolvimento de relações de valorização e respeito mútuos, porém, não garante a inexistência de situações conflituosas pautadas no racismo, sexismo e homofobia. Por esse motivo, a escola precisa estar preparada para atuar diante de situações de discriminação que possam vir a ocorrer. Não cabe a esse plano oferecer receitas prontas de como atuar diante de tais situações, muito menos definir ações punitivas aos agressores. Cada situação requer um tratamento apropriado que considere: a gravidade do problema; o impacto na vítima, e no agressor (que também pode ser vítima de um sistema); e a repercussão do problema tanto na escola, quanto na família. Propõe-se que diante de qualquer situação, ainda que considerada de pequenas dimensões, desenvolvam-se ações para toda a escola, não na intenção de dar visibilidade ao fato, mas de promover reflexões que rompa com o ciclo de violências que inicia na infância e tem a escola como espaço mais propício a seu desenvolvimento. Por se tratar de situações pontuais, não há periodicidade, o que se precisa é agir prontamente ao fato ocorrido. Aqui, não serão propostos materiais pois, a escola pode usar da criatividade e atuar considerando a situação vivenciada. É recomendada a utilização de cartazes, dinâmicas, intervenções por meio das disciplinas, ou mesmo eventos de maiores proporções com ênfase na valorização da pessoa humana. Fica a critério da escola definir a melhor forma considerando todo o contexto. O que não se pode fazer em hipótese

alguma é deixar passar despercebido, ou negar seus impactos, haja vista, que a escola se configura como o espaço de criação de grandes traumas no indivíduo.

Escola antirracista

As atitudes antirracistas devem fazer parte do cotidiano escolar, dessa forma, é importante que tais posturas aconteçam em todas as esferas do ambiente escolar. Parece óbvio que a representatividade precisa estar presente, mas não é o que acontece. Desse modo, a escola precisa estar ciente de sua função enquanto formadora de opinião e dos impactos causados nas crianças e jovens determinando que adulto ele será. Nesse tópico, propõe-se ações efetivas da escola no combate ao racismo. Ficando sob responsabilidade do corpo docente em conjunto com a coordenação pedagógica estabelecer caminhos para que seja realizado.

Tais atitudes devem desenvolver-se, desde a produção de material didático e paradidático até a produção de ilustração. As músicas utilizadas e a escolha de temáticas para festas e feiras de ciências. Todas as atividades, desde a jornada pedagógica até o encerramento letivo, com ou sem formatura, precisam considerar a representatividade negra, indígena e feminina. Os materiais utilizados serão os materiais didáticos disponíveis na escola: Papel, Caneta, Quadro, Cartolina, EVA, material impresso em cores diversas, papel cartão, tintas, pinceis, colas, entre outros. Na ausência de algum material que se julgue essencial, pode-se criar formas de conseguir verba para sua aquisição (como o sorteio de rifas por exemplo). Também serão utilizados aparelhos de som e imagem, playlist, adequada a temática; jogos diversos; Instrumentos musicais; equipamentos de esporte; brinquedos. O que a escola já possui, sendo utilizado da forma a garantir representatividade. Não haverá cronograma específico, nem prazo de realização pois essa ação deverá desenvolver-se ao longo de todo o ano letivo, em todas as atividades da escola.

Monitoramento e avaliação

Os procedimentos de monitoramento e avaliação deverão ser realizados de forma processual e continuada. Considerando a aplicabilidade, a forma de desenvolvimento e os resultados alcançados. Considerando que nesse plano de ação propõe-se atividades que devem ser desenvolvidas desde a formação da equipe, passando pela formação das famílias até as atividades propriamente

direcionadas aos estudantes, orienta-se que cada etapa utilize mecanismos de avaliação condizentes com o público-alvo e os objetivos estabelecidos.

Em todas as atividades, sejam elas direcionadas aos profissionais, as famílias ou aos estudantes a observação em sala e o feedback dos participantes tornam-se importantes ferramentas de avaliação. Há também a possibilidade de ao final de cada ciclo desenvolver uma avaliação de resultados práticos a partir de questionários e produção de dados referentes ao impacto para o estudante, em análise comparativa com períodos anteriores a aplicação do plano.

Ajustes e melhorias

Ao final de cada formação, a coordenação pedagógica e a direção escolar deverão avaliar a assertividade da proposta. Identificar pontos positivos e possibilidades de melhoria. Ao propor nova formação será necessário utilizar, os resultados da avaliação da formação anterior como balizadora da prática. Para o encontro com os pais, além de aproveitar os resultados da avaliação, será necessário considerar os contextos que surgem na escola ao longo do bimestre, que, podem ser de situações experienciadas na própria escola, ou situações considerando noticiários que envolvam questões associadas a negritude, a mulher, homofobia, ou violência contra juventude da periferia. As atividades práticas que envolvem toda a escola ou apenas os estudantes serão ajustados conforme a emergência de novas temáticas e tendo como base a análise dos dados resultantes da avaliação produzida. A reflexão acerca dos efeitos das ações, será ponto de partida para melhoria contínua das atividades. Acredita-se que os envolvidos precisem buscar sempre os melhores caminhos para que esse plano não seja visto como “trabalho a mais” e sim como complemento das atividades que já vem sendo desenvolvidas na unidade escolar.

Nesse sentido, acredita-se que adaptar as reuniões já existentes como espaço de formação. Destacar a importância negra na ciência utilizando as temáticas já realizadas em seus conteúdos didáticos. Organizar a ornamentação da escola, as feiras, os materiais didáticos e os momentos de lazer que já fazem parte do cotidiano escolar, inserindo neles maior representatividade, será o melhor caminho para não sobrecarregar os profissionais, nem criar pontos de negatividade ao desenvolvimento dessa proposta.

Considerações finais

Para desempenhar um papel significativo e eficaz, o currículo precisa ser construído de forma contextualizada, com foco em promover a inclusão. É preciso considerar a necessidade em promover a equidade por meio do reconhecimento da diversidade, e não apenas observá-la de fora, mas compreender sua existência e oferecendo condições para uma atuação eficaz em busca pela minimização das consequências das desigualdades sociais que se estabelecem na atualidade. Os caminhos que a educação atual tem seguido, não permitem grandes avanços nessa perspectiva. Destaca-se que não se trata de um erro de percurso e sim de estratégias montadas com a finalidade de garantir a manutenção das desigualdades. Prova disso é a lei 10639/03 com 20 anos de existência e que ainda permanece como ideal de ensino, na prática ainda não foi efetivamente realizada conforme previsto no que a lei pressupõe.

Em um sistema que visa o lucro através da exploração da força de trabalho, no qual as discriminações raciais e de gênero, fazem parte de um projeto que visa garantir a manutenção das desigualdades como forma de permanência da acumulação de capital, a educação atua como mecanismo de coerção social. Nesse sentido, oferecer caminhos para a libertação das mentes e corpos à não aceitação desse projeto civilizatório excludente, não poderia fazer parte do ensino, sobretudo público. A equidade não é interessante para o sistema e por isso está distante de incorporar-se à educação. Sendo assim, mesmo após as lutas de movimentos e organizações sociais que visam ofertar a população negra, minimamente, o conhecimento de sua história para alto aceitação e reconhecimento de suas potencialidades individuais e coletivas não se concretiza na efetividade das ações. Talvez essas sejam pistas importantes para entender o motivo da Lei 10639/03 não ser realizada de fato na prática escolar.

Apresenta-se aqui uma proposta de intervenção escolar que vai além de uma proposta focada em uma disciplina ou uma ação pontual. O que se pretende com essa proposta é que a construção de uma educação efetivamente antirracista se faça em todos os setores envolvidos no processo de ensino aprendizagem, considerando desde o ambiente escolar, perpassando pela formação dos professores e as práticas cotidianas na escola até a contribuição com a formação da família. Pois, entende-se que a educação é responsabilidade da família, da comunidade e da escola. Esses três pilares precisam estar juntos para que, de fato, as transformações sociais possam vir a acontecer.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.
- CARDOSO, Claudia Pons; SILVA, Zuleide Paiva da. Por uma Pedagogia Feminista Decolonial Amefricanizada: Práticas Docentes nas Encruzilhadas. In: CARDOSO, C.; MARTINS, M. (Orgs). **Insurgências Pedagógicas na Educação Básica**. Salvador: Devires, 2021, p 17-34.
- FERRAZ, Vinícius A. A Geografia e a Lei 10.639/03—um caminho para a construção de novos currículos. **Trabalho de conclusão de curso (Monografia)**—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- GOMES, Arilson dos Santos; BAKOS, Margaret Marchiori. Aspectos históricos da lei 10.639/03 e a história e cultura afro-brasileira a partir de relatos dos viajantes europeus. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 22, n. 2, p. 19-38, 2013.
- GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; DE ANDRADE, Tatiane. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 6, p. 421-430, 2013.
- JUNIOR, Edson dos Santos; BUGNI, Renata Porto. A Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Básica a Partir da Lei 10.639/03. **Revista Internacional de Debates da Administração & Públicas-RIDAP**, v. 3, n. 1, p. 33-47, 2018.
- NUNES, Antonio de Assis Cruz et al. A lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 1, p. 211-220, 2019.
- OLIVEIRA, Iris Verena. “Isso é batom para vir à escola?” Disputas estético-metodológicas nos pátios do currículo. In: **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.4, p. 1523-1544 out./dez. 2019.
- SANTOS, Ronald Coutinho. Prática docente e ensino de geografia: relações de poder na construção do currículo-uma análise sobre os conflitos na implementação da LEI 10.639/03. In: **VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS DA AGB**. Vitória/ESA. 2014. Anais eletrônicos. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404531294_ARQUIVO_CBG2014_-_Pratica_Docente_e_Ensino_de_Geografia_-_Ronald_Coutinho_Santos.pdf
- SANT’ANA, Antônio Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-67.